

Falta de uma resposta sobre o endividamento

Até porque as partes envolvidas não consideram a Organização dos Estados Americanos (OEA) o principal foro para a discussão dos problemas político-militares da América Central, a 14ª Assembléia Geral da entidade, oficialmente aberta ontem em Brasília, deve ser dominada pelo tema do endividamento dos países do continente.

O presidente João Figueiredo falou claro na abertura da conferência, assinalando que "até agora não foram adotadas, no plano internacional, soluções adequadas a longo prazo, para um problema (o do endividamento) que põe em risco as mais lídimas aspirações de nossos povos. Em que pese em nossos esforços, não temos recebido, dos países credores, propostas capazes de absorver a complexidade desses problemas e de atender o mal maior do subdesenvolvimento". No mesmo sentido pronunciou-se o secretário geral da OEA, embaixador João Clemente Baena Soares, considerando "aconselhável que a questão básica da necessidade de con-

ciliar políticas de curto prazo e longo prazo possa ser examinada com os países industrializados no contexto de uma ampla negociação econômica".

Os dois pronunciamentos, como outros feitos por chanceleres de países-membros, denotam a intenção de fazer com que a Assembléia Geral da OEA faça parte da sequência de encontros que vêm sendo mantidos por países da América Latina, desde a constituição do chamado Grupo de Cartagena, para se criar um ambiente que leve à realização de uma conferência de alto nível sobre a questão do endividamento. A Assembléia Geral da OEA parece particularmente propícia para levar adiante essas gestões, uma vez que os Estados Unidos fazem parte da organização, tendo enviado como seu representante o secretário de Estado, George Shultz.

Em encontro informal que manteve no último domingo com os delegados latino-americanos, Shultz teve palavras encorajadoras, ao declarar que somente com crescimento econômico os países

da América Latina poderiam pagar a sua dívida externa de US\$ 350 bilhões. Parece uma colocação óbvia, mas que pode representar um avanço, se se considerar que para crescer é preciso ter meios ou, em outros termos, que os programas de ajuste econômico sejam menos restritivos. Como afirmou com lucidez o embaixador Baena Soares, "o desafio enfrentado pela quase totalidade dos países de nossa organização consiste em retomar o terreno perdido nos últimos anos, com o ritmo exigido pela urgência em superar tensões políticas e sociais".

O secretário de Estado evitou, no entanto, habilmente, o tema de uma renegociação ampla no discurso que ontem pronunciou no plenário da OEA. Ele disse que Washington não se tem negado, quando necessário, a entendimentos de governo para governo para soluções específicas, mas, basicamente, reafirmou a posição da administração Reagan de que a solução da crise deve ser buscada através dos mecanismos de mercado.

Admitiu que os fluxos de capital para a América Latina sofreram uma violenta redução e que, para promover o desenvolvimento daqui para frente, "o capital exigido terá de vir de outro lugar", mas nada mencionou sobre propostas alternativas para compensar o decréscimo desses fluxos, como, por exemplo, a capitalização dos juros. A seu ver, a transformação de empréstimos em investimentos diretos e a adoção de regras mais liberais com relação ao capital estrangeiro indicam a saída para as dificuldades atuais.

Oficialmente, portanto, a iniciativa de diálogo sobre o endividamento continua sem resposta por parte dos Estados Unidos. Isso não significa que seja inútil insistir no tema. Se Washington acredita no "emergente consenso democrático" do hemisfério, a que se referiu Shultz, será levada a concluir, mais cedo ou mais tarde, que a crise do endividamento encerra os maiores riscos de reversão desse processo.